

## Painel / Linha temática 14

### Trabalho e Desigualdades Sociais: Conflitos e Precariedades

---

#### Mesa 14.1

### "Desemprego, Solidariedade, Estado Social e Inclusão/Exclusão Social"

**Comentador (a):** Gisela Maria Bester<sup>1</sup>  
Pedro Hespanha<sup>2</sup>

**Moderadora:** Carina Jordão<sup>3</sup>

**Coordenadora:** Tânia Almenara<sup>4</sup>



---

05	Edson Marques Oliveira	empreendedorsocial03@yahoo.com.br	Gestão de Empreendimentos Sociais Solidários: Quando o Fracasso se torna tempo e espaço de Aprendizado	CES/ Unioeste
62	Marios Papandreou	<a href="mailto:marios.papandreou@ombudsman.europa.eu">marios.papandreou@ombudsman.europa.eu</a> ; <a href="mailto:mpapand@gmail.com">mpapand@gmail.com</a>	The minimum subsistence guarantee: a new challenge for the welfare state?	Aristotle University of Thessaloniki
86	Oneide Campos Pojo	oneidepojo@yahoo.com.br	Os Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco em Belém - PA	Univ. Federal do Pará
215	Lídia Marta Canha Fernandes	lidiacanha@gmail.com	Desemprego: factor de exclusão ou de conflito?	CET
217	Patrícia Oliveira Ribeiro	pdce11028@fpce.up.pt	Entre (pre) conceitos e lógicas de inclusão e exclusão social	Univ. do Porto

<sup>1</sup> Professora colaboradora do UNICURITIBA - Centro Universitário Curitiba (Brasil). Professora permanente do mestrado em Direito, Democracia e Sustentabilidade da IMED - Faculdade Meridional (Brasil).  
<http://lattes.cnpq.br/3718611665180124>

<sup>2</sup> Professor Associado da Universidade de Coimbra no domínio científico de Ciências Sociais e Sociologia.  
<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=4225584168124679>

<sup>3</sup> Doutoranda do CES.

<sup>4</sup> Doutoranda do CES, membro da comissão organizadora do Colóquio  
[http://www.ces.uc.pt/coloquiodoutorandos2013/index.php?id=7969&id\\_lingua=1&pag=8030](http://www.ces.uc.pt/coloquiodoutorandos2013/index.php?id=7969&id_lingua=1&pag=8030)

## **Gestão de Empreendimentos Sociais Solidários: Quando o Fracasso se torna tempo e espaço de Aprendizado**

Edson Marques Oliveira<sup>5</sup>

No presente comunicado, refletimos sobre duas experiências empíricas, que são objeto de investigação no pós-doutoramento no CES, voltada para a geração de trabalho, renda e combate a pobreza na modalidade de economia solidaria voltada para mulheres em risco e vulnerabilidade social, da cidade de Toledo, Paraná, Brasil. A partir da análise do fracasso de um empreendimento, em meados de 2012, temos aprofundado a investigação sobre as causas que levaram a esse fracasso. E nesse meio tempo iniciamos o processo de incubação de um novo empreendimento. Com isso apresentamos as reflexões desse processo, onde verificamos dois modos de ver o fracasso desse tipo de empreendimento. Primeira como derrota e por fim descrédito e desesperança. Segundo, aprendizado e possibilidade de acertos presentes, optamos pela segunda perspectiva. E verificamos que isso se apresenta como um tempo e espaço de aprendizado contínuo. Observamos que algumas alterações, seja no processo de capacitação e mapeamento e territorialização de oportunidades foram bem sucedidas, e aliadas a o implementação da técnica de prototipização de produtos e testes de mercado com pesquisa de percepção de consumidores, o processo de incubação teve maior impacto. Mas ainda persiste a dificuldade quanto ao trabalho cooperativo e solidário, e a desistência de algumas pessoas por buscarem um ganho fixo menor ou benefícios assistenciais para a subsistência dos participantes. Tal fator está sendo analisado e aprofundado na busca de soluções plausíveis e adequadas. Fica claro que cada grupo tem seu tempo/ritmo, e forma de desempenho e aprendizado, bem como, verificamos a influência do espaço e da metodologia de capacitação, mas principalmente, notamos a importância de se aprender com o fracasso, e com isso, perceber que melhor do que aprender com os próprios erros é aprender com os erros dos outros, e com isso gerar ações preventivas e inovadoras de melhoria na gestão desses empreendimentos.

**Palavras-chave:** economia solidaria, gestão, aprendizado, espaço ocupacional, territorialização, incubadora.

---

<sup>5</sup> Pós-doutorando do CES – Universidade de Coimbra. Doutor em Serviço Social pela UNESP, Franca-SP, Brasil, Professor Associado da Unioeste, campus de Toledo-Paraná, Brasil, curso de Serviço Social. Coordenador do Programa Casulo Sócio-Tecnológico de Gestão Social, Inovação e Sustentabilidade. Prêmio Ethos/Valor de Responsabilidade Social Empresarial e Sustentabilidade edição de 2007. Temas de pesquisa: gestão social, inovação, economia solidaria, empreendedorismo social, gestão de pessoas, tecnologias sociais.

## **The minimum subsistence guarantee: a new challenge for the welfare state?**

Marios Papadreu<sup>6</sup>

This paper aims to examine cases of national legal orders where the right to minimum subsistence - the right to basic needs is guaranteed. The first part of the paper offers a historical and comparative overview of the notion of welfare state with a view to defining the scope of the right to minimum subsistence and its added value. The second part deals with the international and regional human rights norms which have been favorable to the recognition by national legal orders of a right to basic needs - a right to live free from poverty. Finally, the author examines and compares national jurisprudence in countries where the abovementioned right is constitutionally protected, either as a separate right or as deriving from general constitutional principles. The author concludes that the right to minimum subsistence does have practical importance and can improve the standards of living of the poor and marginalized. This paper aims to examine cases of national legal orders where the right to minimum subsistence - the right to basic needs is guaranteed. The first part of the paper offers a historical and comparative overview of the notion of welfare state with a view to defining the scope of the right to minimum subsistence and its added value. The second part deals with the international and regional human rights norms which have been favorable to the recognition by national legal orders of a right to basic needs - a right to live free from poverty. Finally, the author examines and compares national jurisprudence in countries where the abovementioned right is constitutionally protected, either as a separate right or as deriving from general constitutional principles. The author concludes that the right to minimum subsistence does have practical importance and can improve the standards of living of the poor and marginalized.

**Keywords:** welfare state, social and economic rights, right to a minimum subsistence, poverty, inequalities.

---

<sup>6</sup> Marios Papadreu is a third year Ph.D. candidate (Comparative Law) at the Aristotle University of Thessaloniki. He is researching issues related to social and economic rights, equality and non-discrimination, poverty eradication and human capabilities. He is currently employed as a legal trainee with the European Ombudsman.

## **Os Direitos de Crianças e Adolescentes em Situação de Risco em Belém – PA**

Oneide Campos Pojo<sup>7</sup>

O nível socioeconômico dos brasileiros, especialmente na capital paraense, é tido como determinante para a negação/ausência de direitos, sobretudo os que envolvem as crianças e adolescentes. Nesse sentido, os fatores histórico-culturais, econômicos, políticos e sociais, uma vez interrelacionados, corroboram para que esses sujeitos estejam envolvidos em situações de risco pessoal e social; por outro lado, verifica-se que o Estado, por meio dos programas de “transferência de renda”, não têm sido capaz de garantir condições dignas de vida que possibilite às crianças, adolescentes e suas famílias os direitos básicos (saúde, lazer, profissionalização, educação etc.). Diante deste contexto, as ideias aqui expressas têm como objetivos: (a) evidenciar as disparidades entre os pressupostos da legislação vigente em contraposição ao contexto de violação de direitos no Estado do Pará, de modo geral e, em particular, na capital paraense; (b) apresentar o Movimento República de Emaús e a sua atuação na defesa e garantia de direitos desses sujeitos e; (c) analisar os limites e as possibilidades dessa atuação a partir de três dimensões: a institucional, a político-social e a ideológica. É baseado em um estudo de caso, de cunho etnográfico, realizado na organização não-governamental citada, cujos resultados indicam que há uma associação entre o status socioeconômico das crianças, adolescentes e famílias e a ausência de políticas públicas básicas como deflagradora da situação de risco vivenciada pelos mesmos; sugere a adoção de estratégias que oportunizem o princípio básico de defesa da vida, o que passa por medidas de garantia dos direitos humanos, espaço/tempo onde as pessoas tenham condições de viver dignamente.

**Palavras-chave:** Defesa dos direitos, Situação de risco social e pessoal, Movimento República de Emaús.

---

<sup>7</sup> Oneide Pojo é paraense. Nascida na década de 1960. Graduiu-se em Pedagogia em 1995, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Iniciou sua atividade profissional como professora do Ensino Fundamental da rede estadual de ensino, onde permanece até hoje, além de exercer a função de Coordenadora Pedagógica na rede municipal. Fez o Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no período de 2004-2006 e, desde 2010, faz o doutoramento também em Educação pela UFPA.

## **Desemprego: factor de exclusão ou de conflito?**

Lídia Marta Canha Fernandes<sup>8</sup>

Durante muito tempo, a mobilização de pessoas desempregadas foi considerada, na literatura sociológica, um fenómeno altamente improvável. Os argumentos que suportam essa linha de análise podem ser resumidos em quatro categorias: ausência de uma identidade comum, aposta em estratégias de sobrevivência imediata, fragilidade de recursos, e estigmatização pública. Nenhum destes argumentos é irrelevante e, de facto, basearam-se numa sólida tradição de pesquisa em torno do conceito de exclusão, mas não esgotam as possibilidades de abordagem do problema da acção colectiva de pessoas desempregadas. Um conjunto de estudos de cariz histórico revelou a existência de experiências de acção colectiva de pessoas desempregadas ao longo dos últimos dois séculos, em contextos nacionais distintos e com intensidade variável. Em contexto europeu, face ao aumento do desemprego verificado nas últimas três décadas, verificaram-se igualmente experiências de mobilização e organização de pessoas desempregadas, mesmo que de forma esporádica e até marginal, em níveis que foram do local ao nacional. Tendo por base este conjunto de estudos e uma investigação sobre o tema, actualmente em curso, esta comunicação visa abordar o problema da acção colectiva de pessoas desempregadas em contexto português, situando-o num plano conflitual, e no tempo histórico em que vivemos.

**Palavras-chave:** acção colectiva, pessoas desempregadas, políticas conflituais.

---

<sup>8</sup> Lídia Fernandes é mestre em Psicologia e em Sociologia. Tem abordado o tema da acção colectiva de pessoas desempregadas, nomeadamente as dimensões subjectivas e relacionais, os processos identitários associados, e as políticas económicas e de protecção social com implicações no desemprego. Interessa-se também pelos temas dos movimentos sociais, conflito e da acção colectiva; teorias feministas e teorias marxistas; desigualdades sociais, segundo as categorias de classe, género e etnia; políticas de imigração e questões da diversidade cultural. Tem participado em vários movimentos sociais e cívicos, de âmbito nacional e europeu, nomeadamente movimentos contra a xenofobia, feministas, anti-austeritários e pelo direito à habitação. É membro da UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta.

## **Entre (pre) conceitos e lógicas de inclusão e exclusão social**

Patrícia Oliveira Ribeiro<sup>9</sup>

O mundo pós-moderno tem vindo a assumir uma dupla face: aumento da riqueza absoluta produzida, emergência de economias e sociedades ditas do conhecimento, processos de inclusão selectiva, que convivem com aumento do número de pobres, agravamento das clivagens económicas e sociais, desqualificação da mão-de-obra e exclusão progressivamente generalizada. Este cenário é agravado pela erosão do Estado-Providência, num contexto económico global penalizador, marcado pelo enfraquecimento das formas de protecção social e uma orientação mais acentuada para a individualização, adaptabilidade e flexisegurança, que marcam também as políticas de inclusão social. Estas políticas vêm atribuindo maior centralidade ao indivíduo, assentando menos em lógicas assistencialistas e mais de activação. Hoje, o objectivo do Estado parece pois ser o de minimizar o sofrimento dos excluídos, através de políticas de inserção que garantem o mínimo indispensável, implicando-os num processo de actuação que os tornem mais “inseríveis” na sociedade. Por outro lado, a sociedade do trabalho transforma-se em sociedade do conhecimento e a educação/formação passam a ser um bem e não direitos universais. Têm-se desenhado políticas e sistemas de educação/formação de adultos que, apesar de se procurarem legitimar pela necessidade de adequação ao mundo do trabalho, vêm sendo marcadas pelo choque entre as expectativas criadas em termos de empregabilidade e as actuais exigências/modo de funcionamento do mercado de trabalho. Estas parecem ser soluções encontradas pelos poderes políticos para os problemas de vidas individuais, mas impondo se como medidas obrigatórias, reguladoras e de gestão do desemprego. O conhecimento sobre os actores que se

---

<sup>9</sup>Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto; Mestre em Educação e Formação de Adultos pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto com a tese "Da relação com a formação à formação como relação: vivências, experiências e (re)significações em processos de “Formação para a Inclusão”; Bolseira de Doutoramento em Ciências da Educação Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto desde 2013 (concluído 1º ano)

movimentam no fenómeno da exclusão não pode passar unicamente pela análise estatística, pois esta é sempre descontextualizada e não permite perceber as especificidades individuais. Considera-se, por isso, indispensável contactar diretamente com os actores de um contexto específico, dando-se voz às experiências/representações de beneficiários de prestações sociais, técnicos e empregadores, resgatando sentidos que constroem relativamente às políticas de inclusão e formação.

**Palavras-chave:** Políticas sociais; sociedades pós-modernas, ativação.